

TECENDO O RETRATO DO “EU”: COERÊNCIA, DEBREAGEM E EMBREAGEM NA EPÍSTOLA DE PAULO AOS ROMANOS 7.7-25

Jair de Almeida Junior¹

Doutorando em Letras/Universidade Presbiteriana Mackenzie
e
em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades/Universidade de São Paulo

RESUMO

Objetiva-se mostrar a ocorrência da coerência textual, da debreagem e da embreagem como chave para o entendimento do controvertido texto encontrado na epístola de Paulo aos Romanos 7.7 a 25, no qual o apóstolo assume o papel de um “eu” fictício para ensinar sua audiência romana quanto à condição daqueles que, sem a assistência do Espírito Santo, tentam cumprir a Lei de Deus.

Palavras-chave: Coerência. Debreagem. Embreagem. Epístola aos Romanos.

INTRODUÇÃO

Romanos 7.7-25 é, seguramente, o texto mais controvertido da carta que o apóstolo Paulo escreveu à igreja que ficava na capital do Império, quiçá, de todos os escritos paulinos. Nele, o apóstolo Paulo assume a personalidade de um “eu” sobre cuja identidade há grande disputa. A fim de lançar luz sobre a questão, utilizamos alguns conceitos de Linguística, especificamente os de coerência, debreagem e embreagem. O método será extremamente simples: depois de teorizar os conceitos, eles serão aplicados ao discurso paulino em questão.

A discussão mostrar-se-á de grande valia, não apenas para a elucidação do texto, mas para ressaltar a importância dos conceitos linguísticos para a adequada compreensão de um discurso. Valemo-nos, em todas as citações da Carta aos Romanos, da versão Almeida Revista e Atualizada, segunda edição, da Sociedade Bíblica do Brasil. Nas citações em grego, a fonte utilizada é a SGreek.

¹ Graduado em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2007) e pelo Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (1993), Mestre em Novo Testamento pelo Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper (2007) e em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010). Doutorando em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; doutorando em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo.

TEXTO CONSIDERADO – ROMANOS 7.7-25

⁷ Que diremos, pois? É a lei pecado? De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei; pois não teria eu conhecido a cobiça, se a lei não dissera: Não cobiçarás. ⁸ Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, despertou em mim toda sorte de concupiscência; porque, sem lei, está morto o pecado. ⁹ Outrora, sem a lei, eu vivia; mas, sobrevindo o preceito, reviveu o pecado, e eu morri. ¹⁰ E o mandamento que me fora para vida, verifiquei que este mesmo se me tornou para morte. ¹¹ Porque o pecado, prevalecendo-se do mandamento, pelo mesmo mandamento, me enganou e me matou. ¹² Por conseguinte, a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom. ¹³ Acaso o bom se me tornou em morte? De modo nenhum! Pelo contrário, o pecado, para revelar-se como pecado, por meio de uma coisa boa, causou-me a morte, a fim de que, pelo mandamento, se mostrasse sobremaneira maligno. ¹⁴ Porque bem sabemos que a lei é espiritual; eu, todavia, sou carnal, vendido à escravidão do pecado. ¹⁵ Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto. ¹⁶ Ora, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa. ¹⁷ Neste caso, quem faz isto já não sou eu, mas o pecado que habita em mim. ¹⁸ Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum, pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetuá-lo. ¹⁹ Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço. ²⁰ Mas, se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim. ²¹ Então, ao querer fazer o bem, encontro a lei de que o mal reside em mim. ²² Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; ²³ mas vejo, nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros. ²⁴ Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte? ²⁵ Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor. De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado.

GÊNERO E COERÊNCIA

O Novo Testamento foi escrito originalmente na língua grega. Sabemos que, falando-se genericamente, há quatro tipos de grego: o clássico,² o koinê,³ o bizantino⁴ e o moderno.⁵ Todo material neotestamentário foi escrito com o segundo tipo, isto é, o koinê, pois os romanos herdaram a helenização de Alexandre – o Grande, o que incluía não apenas a cultura, mas a língua grega por ele disseminada.

² Conhecido especialmente através dos escritos dos filósofos clássicos.

³ O grego “vulgarizado”, simplificado e padronizado por ocasião da helenização empreendida por Alexandre o Grande, para torná-lo língua do Império Macedônico. Koiné (Gr. Κοινή) quer dizer “comum”.

⁴ Grego falado no Império Romano do Oriente, até a queda de Constantinopla.

⁵ Aquela que é falada atualmente na Grécia.

O gênero

O autor do texto em questão é o apóstolo Paulo, talvez o mais famoso dos discípulos do Messias Cristão. Sabemos da autoria, exatamente pelo gênero deste texto: carta ou epístola, visto que tem como uma de suas características marcantes a apresentação do “remetente”. Geralmente, destacam-se três grandes “blocos” de gêneros: o Drama, de onde se derivam a tragédia e a comédia, o Épico e o Lírico. Todavia, Bakhtin contribuiu enormemente para a sistematização do conceito. Em sua opinião, os gêneros do discurso são definidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Explica que a

riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2011, p. 262)

Comprendemos, assim, a existência de vários gêneros, e mesmo subgêneros, que são, na verdade, “paridos” como filhos de uma sociedade em resposta às necessidades de seu tempo. Por isso, podem cair em desuso, uma vez que são relativos às exigências temporais de uma sociedade. No entanto, esse subgênero que podemos chamar de “epistolar” difere de uma carta pessoal. As epístolas encontradas nas Escrituras Cristãs, excetuando-se as denominadas pastorais (dirigidas a colaboradores dos apóstolos), trazem farto *material teórico*, isto é, doutrina dissertada e exposta, que tem como objetivo o ensino dos destinatários. Também compõem o material epistolar respostas a questões específicas vividas pela sociedade destinatária, que poderiam envolver dúvidas doutrinárias ou comportamentais. O público plural ou coletivo destaca-se como outra diferença substancial, posto que não se trata de escrever a um indivíduo considerando um particular relacionamento, mas a uma coletividade, que, por mais que experimente unidade e harmonia práticas, próximas do ideal de igreja do Novo Testamento, jamais alcançará a coesão de uma só pessoa.⁶

⁶ “Ora, o Deus da paciência e da consolação vos conceda o mesmo sentir de uns para com os outros, segundo Cristo Jesus, para que concordemente e a uma voz glorifiquéis ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (Rm 15.5, 6). O apóstolo, nesta mesma Epístola, exorta os crentes romanos à tamanha harmonia, que coloca como padrão a ser alcançado, um culto que professe a Deus palavras por uma única “boca” coletiva, colocando em relevo uma das metáforas preferidas de Paulo para a igreja: o Corpo de Cristo. Na língua original, a expressão “a uma voz” é ἐν ἑνὶ στόματι, literalmente “uma única boca”.

Romanos 7.7-25 é um texto peculiar e, certamente, por isso, muito debatido. Nele, há o emprego de um “eu” construído pelo apóstolo cuja identidade tem sido extensivamente debatida. Várias são as hipóteses levantadas: 1) Seria a caminhada do espiritualmente regenerado, aludindo ao seu passado anterior à conversão, diferenciando-o do seu presente cristão? 2) Pretendia Paulo fazer uma autobiografia, referindo-se ali estritamente a si mesmo? 3) Estaria o apóstolo tomando o “eu” para personificar a história de Israel, especialmente quando este povo recebeu a Lei no Sinai? 4) Poderia ser uma referência à queda de Adão?; 5) Seria o caso de apenas refletir um dilema teológico de Paulo? Ou então, 6) estaria o apóstolo levando a igreja de Roma a “encarnar” a experiência de um não convertido, tomando o modelo judeu para ensinar à igreja a completa impossibilidade de alguém se beneficiar da Lei para a salvação? (ALMEIDA JR., 2012, p. 19)

Demonstramos, neste artigo, que apenas a última possibilidade é válida. Para isso, lançamos mão dos conceitos de coerência, debreagem e embreagem.

A coerência

O apóstolo Paulo foi uma espécie de erudito em sua época. Era um judeu helenista, isto é, nascido fora da Judeia. Exercitou seus pulmões pela primeira vez em Tarso, a cidade de maior importância da Cilícia, localizada no litoral sul da atual Turquia. Quando se referiu à sua terra natal, chamou-a de “cidade não insignificante” (Atos 21.39). Certamente, ele não se equivocou. Tarso, além de sua grande importância comercial, possuía também uma universidade que rivalizava as famosas de Atenas e de Alexandria. É possível que nunca tenha estudado lá, pois só se refere à formação que recebeu em Jerusalém (Atos 22.3). Contudo, parece ter se beneficiado enormemente daquele ambiente cultural:

Absorveu a atmosfera e cultura gregas de Tarso e falou e escreveu em grego com grande fluência. Ele faz citações de pelo menos três poetas gregos: Arato (Atos 17.28), Menander (1 Coríntios 15.33) e Epimênides (Tito 1.12). A cultura grega reserva poucas surpresas para ele, e assim sua formação proporciona-lhe um bom preparo para a carreira missionária. (STOTT, 1996, pp. 86-7)

Além disso, diz a respeito de si mesmo que estudou com o maior mestre do judaísmo de sua época: Gamaliel (Atos 22.3). Homem das letras humanas e divinas, sempre primou pela coerência quanto a tudo o que produziu. Coerência é um dos elementos da *textualidade*.

Todo texto necessita de elementos essenciais que garantam ao ouvinte/leitor entendê-lo como texto, ou seja, uma unidade de sentido. Indubitavelmente, em cada falante da língua portuguesa, há competência textual que lhe confere a habilidade de reconhecer, recriar, recontar, reescrever um texto. Todavia, ainda que dotado de tal capacidade, só poderá exercê-la se o discurso/texto possuir a propriedade da textualidade. (BATISTA, GUIMARÃES, 2012, p. 64)

Tal exigência impõe a necessidade de o discurso ser construído e organizado de forma harmônica, sabendo o falante/autor escolher e “casar” perfeitamente as unidades lexicais e gramaticais, bem como as sintáticas e semânticas, constituindo, dessa forma, a *coesão textual*. Entretanto, além desta estruturação que subjaz ao texto, é necessário ainda que haja a *coerência textual*, uma unidade semântica lógica e sequencial, que faça progredir o assunto de forma sã e inteligível, observando-se o *contexto*. Assim sendo, segundo Batista e Guimarães, a *coerência* depende da

relação harmônica entre suas partes e uma progressão temática também satisfatória (por isso é que se diz que coesão e coerência são propriedades que não podem ser vistas separadas uma da outra); não contradição entre suas partes (o que um parágrafo afirma não pode ser negado abruptamente em outro, a não ser que seja essa a intenção do texto); propósitos comunicativos bem definidos. (BATISTA e GUIMARÃES, 2012, p. 65)

Seguindo ainda os mesmos autores, a coerência está fundamentada e depende de uma relação cognitiva estabelecida pelos interlocutores entre

o conhecimento da língua; o conhecimento de mundo compartilhado pelos interlocutores; o conhecimento dos elementos que atuam na interação verbal; o conhecimento dos propósitos comunicativos do texto, sua intencionalidade; o conhecimento do formato do texto e de suas formas de atuação na sociedade; o conhecimento de relações intertextuais (todo texto dialoga de diferentes formas com outras unidades textuais, seja para corroborar conteúdos e formas, como em paráfrases, seja para negar ou confrontar conteúdos e formas, como em paródias). (BATISTA e GUIMARÃES, 2012, pp. 65-6)

Quanto a isso, podemos dizer que: a) a audiência romana conhecia muito bem a língua grega, pois era o idioma internacional do Império Romano; b) possuía o conhecimento de mundo necessário (discutiremos isso mais à frente); c) era capaz de entender os elementos da interação verbal; d) pôde reconhecer a intenção de Paulo exatamente devido à consistência

temática da carta; e) conhecia a forma discursiva na qual o texto foi composto; f) tinha conhecimento de outros textos bíblicos paulinos e não paulinos que ajudavam a compreender aquilo que o apóstolo objetivou transmitir, deixando claro que o “eu” não era o próprio Paulo. Para que seja possível entender que o apóstolo não se refere a si mesmo em Romanos 7.7-25, o princípio da coerência textual é imprescindível. No capítulo 6 da carta, o apóstolo afirma:

“Que diremos, pois? *Permaneceremos no pecado*, para que seja a graça mais abundante? De modo nenhum! *Como viveremos ainda no pecado, nós os que para ele morremos?* Ou, porventura, ignorais que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte? Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também *andemos nós em novidade de vida*. Porque, se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente, o seremos também na semelhança da sua ressurreição, sabendo isto: que *foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos*; porquanto quem morreu está justificado do pecado. Ora, se já morremos com Cristo, cremos que também com ele viveremos, sabedores de que, havendo Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre; *a morte já não tem domínio sobre ele*. Pois, quanto a ter morrido, *de uma vez para sempre morreu para o pecado*; mas, quanto a viver, vive para Deus. Assim também vós *considerai-vos mortos para o pecado*, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus. *Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal*, de maneira que obedeçais às suas paixões; *nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado*, como instrumentos de iniquidade; mas ofereci-vos a Deus, como ressurretos dentre os mortos, e os vossos membros, a Deus, como instrumentos de justiça. *Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei*, e sim da graça. E daí? *Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei*, e sim da graça? *De modo nenhum! Não sabeis que daquele a quem vos ofereceis como servos para obediência, desse mesmo a quem obedecis sois servos, seja do pecado para a morte ou da obediência para a justiça?* Mas graças a Deus porque, *outrora, escravos do pecado*, contudo, viestes a obedecer de coração à forma de doutrina a que fostes entregues; e, *uma vez libertados do pecado*, fostes feitos servos da justiça. Falo como homem, por causa da fraqueza da vossa carne. *Assim como oferecestes os vossos membros para a escravidão da impureza e da maldade para a maldade*, assim ofereci, agora, os vossos membros para servirem à justiça para a santificação. *Porque, quando éreis escravos do pecado*, estáveis isentos em relação à justiça. Naquele tempo, que resultados colhestes? Somente as coisas de que, agora, vos envergonhais; *porque o fim delas é morte*. Agora, *porém, libertados do pecado*, transformados em servos de Deus, *tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna*; porque *o salário do pecado é a morte*, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Grifos meus).

Ao lermos este trecho da Epístola, que antecede a narrativa do “eu”, algumas afirmações feitas pelo apóstolo são de importância vital para o entendimento de Romanos 7.7-25. O cristão não pode permanecer no pecado, diferente daquilo que o “eu” fala de si mesmo, isto é, que não consegue fazer o bem. O crente está morto para o pecado, porém o “eu” de Romanos sete tem o pecado habitando nele. O velho homem, que é o “corpo de pecado”, foi crucificado com Cristo. O cristão não serve mais ao pecado como escravo, o que está em total descompasso com o que diz sobre si mesmo o “eu”, ou seja, “vendido à escravidão do pecado”. O fiel deve considerar-se morto para o pecado, já que este não pode reinar sobre o salvo, o que difere completamente da experiência anunciada do “eu” de Romanos sete. O

cristão não deve oferecer os membros de seu corpo ao pecado, ao passo que o “eu” diz que há uma lei em seus membros que o impulsiona apenas ao mal. O pecado não tem mais domínio sobre aquele que foi convertido, porque não está mais debaixo da Lei e sim da graça – de novo, totalmente incongruente com o que se vê no “eu” do capítulo sete.

Portanto, afirmamos como princípio inequívoco que aquele a quem se obedece, este é o seu senhor. Se o “eu” obedece ao pecado, tem-no como governante de sua vida. O salvo não pode oferecer o seu corpo para a escravidão da impureza e da maldade, diferente do que ocorre com o personagem construído por Paulo no sétimo capítulo da epístola. O apóstolo reputa ao passado a experiência de estar sob a carne, nunca ao presente; “éreis escravos do pecado” (não são mais!). Fala-se de um “agora” no qual os cristãos foram libertos do pecado, a fim de frutificar para a santidade e para a vida eterna. Assim, quem serve ao pecado tem-no como senhor e recebe como salário a morte. No entanto, a vida eterna é dom gratuito de Deus.

No capítulo sete, quando Paulo assume a personalidade do “eu”, diz sobre ele que o mandamento despertou nele (no “eu”) toda sorte de desejos maus, condição incompatível com a experiência cristã. O pecado reviveu no “eu” e o mata, o que não corresponde a nenhuma ocasião possível na vida do salvo. Além disso, o mandamento, diz o “eu”, “se me tornou para morte”, enquanto para o convertido significa vida. Também confessa que o pecado “me enganou e me matou”: afirmação totalmente incongruente com o que fora dito quanto à condição do cristão no capítulo seis. Acrescenta: “sou carnal, vendido à escravidão do pecado”, mas no capítulo anterior, fala-se o contrário quanto ao convertido.

Ainda, reconhece: “Não faço o que prefiro, mas o que detesto”, desconsiderando que o cristão está habilitado para o bem. Da forma como o “eu” se expressa, ele só opera o mal. Paulo refere-se ao pecado como habitando o “eu”, contudo o que reside no cristão é o Espírito Santo, nunca relacionado àquele personagem do sétimo capítulo. Seria impensável admitir habitação conjunta. Por isso, “em mim não habita bem nenhum”, difere do que disse o apóstolo quanto ao cristão, alguém regenerado por Deus. O mal é apresentado como uma contradição aos desejos da alma, e que sempre a vence, por residir no “eu”. Este é prisioneiro da lei do pecado que está em seus membros. No entanto, Paulo já havia enfatizado a liberdade do cristão quanto à escravidão do pecado no capítulo anterior. O “eu” mostra total desespero por não saber quem o possa livrar da condenação da morte, experiência completamente impensável ao salvo, que acredita firmemente que Jesus Cristo já o redimiuiu. Embora apegado à Lei de Deus com a mente, o “eu” é dominado pelo pecado, condição de dominação incoerente com a liberdade que o convertido desfruta na graça.

Se a possibilidade de Paulo se referir a si mesmo agride o princípio da coerência textual, devido àquilo que já havia afirmado, o mesmo ocorre com o que dirá na sequência, no capítulo 8.1-17:

Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus. Porque a lei do Espírito da vida, em Cristo Jesus, te livrou da lei do pecado e da morte. Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus enviando o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado, a fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito. Porque os que se inclinam para a carne cogitam das coisas da carne; mas os que se inclinam para o Espírito, das coisas do Espírito. Porque o pendor da carne dá para a morte, mas o do Espírito, para a vida e paz. Por isso, o pendor da carne é inimizado contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus. Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós. E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele. Se, porém, Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida, por causa da justiça. Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita. Assim, pois, irmãos, somos devedores, não à carne como se constrangidos a viver segundo a carne. Porque, se viverdes segundo a carne, caminhais para a morte; mas, se, pelo Espírito, mortificardes os feitos do corpo, certamente, vivereis. Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Porque não recebestes o espírito de escravidão, para viverdes, outra vez, atemorizados, mas recebestes o espírito de adoção, baseados no qual clamamos: Aba, Pai. O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus. Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo; se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados (grifos meus).

A utilização do “agora” não impõe apenas mudança temporal, mas contém sentido adversativo, evidenciando que o que é dito no capítulo anterior, isto é, aquilo que experimentou o “eu”, não é a condição do salvo no Novo Testamento. Era um estado passado, a condição do judaísmo. Por isso, diz o apóstolo, “não há condenação para os que estão em Cristo Jesus”. Acrescenta que “a lei do Espírito da vida livra da lei do pecado e da morte”, pois uma exclui a outra. A vida plena era impossível à Lei, por causa do pecado humano, o que explica as malfadadas tentativas do “eu” no capítulo sete. Deus condenou o pecado na morte de Cristo para dar ao cristão a capacidade de cumprir a Lei, ainda que não perfeitamente. Falando da experiência cristã, da qual participava, diz: “não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito”, fator que nem mesmo aparece na descrição da experiência do “eu”. Afirma que “os que se inclinam para a carne, cogitam das coisas da carne”. O “inclinam” aqui tem como significado “os que estão sendo da carne”, visto que traduz um participio presente do verbo εἶμι (Gr. “ser”, “estar”), expressando ação presente e durativa.

Estes pensam apenas nas coisas da “carne”. Porém, os que são do Espírito pensam apenas nas coisas do Espírito. No pensamento paulino, “carne” e “Espírito” são mutuamente excludentes. O pendor da carne dá para morte, exatamente a condição do “eu” do capítulo sete e explica o seu desespero final. É, também, inimizado contra Deus. Assim, a condição de quem está “vendido à escravidão do pecado”, como reconhece o “eu”, é de inimigo de Deus. Os que estão na carne não podem agradar a Deus. Todavia, os salvos não estão na carne, e sim, no Espírito. Aquele que não tem o Espírito, diz Paulo, não pertence a Deus.

Como já vimos, curiosamente o Espírito não aparece nenhuma vez relativo ao “eu” do capítulo anterior. Segundo o apóstolo, o Espírito habita o crente, mata o pecado e concede-lhe vida. O cristão não é devedor à carne, para que tenha que obedecer a ela, antes tem no Espírito a habilidade para sujeitá-la. Portanto, os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Não foi espírito de escravidão que os cristãos receberam, mas o de adoção, para chamar a Deus de Pai.

Notamos, com clareza cristalina, que as afirmações que Paulo faz sobre o “eu” são irreconciliáveis com o que disse no capítulo 6, com respeito à situação daqueles que receberam a graça em Jesus Cristo, bem como no capítulo 8, sobre os que andam no Espírito. Dessa forma, não há qualquer relação anafórica entre o capítulo sete e o seis. No entanto, pode ser dito que existe ligação catafórica entre o sete e o oito, mas apenas quanto ao que é dito com respeito àqueles que “andam na carne”, a exata condição autoproclamada do “eu” construído pelo apóstolo no capítulo sete.

Sendo Paulo um Cristão, de maneira alguma poderia ser encontrada em sua vida a descrição do cativo, da derrota e do desespero do personagem que constrói ali. Não haveria qualquer coerência textual com o que já havia estabelecido. O mesmo pode ser dito quanto ao aspecto da intertextualidade, o ponto do pensamento bakhtiniano com respeito ao dialogismo que foca o diálogo entre os muitos textos da cultura, que se instala no interior de cada texto e o define (BARROS, FIORIN, 1994, p. 4). Aplicando-se o princípio da intertextualidade ao debate, não se tem notícia de que o apóstolo tenha atribuído a si, em outros escritos, quaisquer das características negativas que são peculiares ao “eu” de Romanos sete. Nem mesmo o fazem quaisquer dos textos cristãos canônicos.

Devemos ainda destacar a importância dos *implícitos*, isto é, elementos que trazem coesão e coerência ao texto interligando a semântica e a pragmática (função), mas que não são perceptíveis em sua superfície. Guimarães (2009, p. 61) explica que eles se apresentam na forma de pressupostos, bem como nas feições dos subentendidos que “na troca linguageira,

representam-se como estratégias linguísticas e referenciais, destinadas a fazer compreender não somente o que é dito com palavras novas, mas também com silêncios”. Assim, é preciso retomar a coerência semântica especialmente no diz respeito ao *contexto* e à *cognição*. O apóstolo, ao construir o personagem “eu” em Romanos sete, utilizou um determinado *frame*, ou seja, as condições pragmáticas necessárias ao discurso, uma estrutura de informações que ativam na mente dos leitores um conjunto peculiar de memórias específicas. Liga-se à base cognitiva necessária para que a audiência romana pudesse interpretar corretamente aquilo que estava sendo dito, algo vital para que o texto alcançasse o seu objetivo comunicativo. Segundo Van Dijk:

de forma mais abrangente, poder-se-ia mesmo dizer que as condições sociais relevantes envolvidas nas formulações das regras pragmáticas, como nas relações de autoridade, poder, papel e polidez, operam sobre bases cognitivas. Isto é, elas só são relevantes na medida em que os participantes têm conhecimento dessas regras, podem usá-las e são capazes de relacionar suas interpretações sobre o que está ocorrendo na comunicação às características sociais do contexto. (VAN DIJK, 2011, p. 76)

Um elemento imprescindível a ser considerado é o *contexto*, fruto da interface entre o conhecimento e o mundo. Na opinião de Van Dijk, trata-se de “construtos dos participantes”, essencialmente subjetivos, embora socialmente fundamentados, que se referem às propriedades relevantes para os tais construtos, que são os *modelos mentais*. São estes que, do ponto de vista semântico, dão coerência ao discurso, provendo a sua situação compreensiva. Assim, temos:



⁷ Conforme palestra de Teun A. Van Dijk, proferida em 26 de novembro de 2012, na Universidade de São Paulo, sobre o livro que trata do tema “Discurso e Conhecimento”, a ser lançado na Europa. Minhas anotações.

Aquilo que é falado, do ponto de vista do conhecimento, é apenas “a ponta do iceberg”, a parte que se projeta acima da superfície de toda ciência de mundo que é pressuposto e fundante. Há vários modelos de contexto que são, na verdade, arquétipos calcados na experiência diária, encontrados na memória episódica de cada ator do discurso, que supostamente controlam diversos aspectos da produção e compreensão das mais variadas falas. A memória episódica é autobiográfica, pois se constitui na soma das experiências já vividas, arquivadas na mente, que servem de alicerce para entender as novas, assumindo o papel de um modelo mental cognitivo. Em outras palavras, implica dizer que os usuários da língua não apenas processam o discurso, mas, simultaneamente, dedicam-se a construir sua análise e compreensão em tempo real, isto é, um *modelo mental*. (VAN DIJK, 2012, pp. 87-9)

É exatamente a negação, aos crentes de Roma, da base cognitiva para entender de quem o apóstolo falava ao se referir ao “eu”, que tem levado muitos a optar por outra identidade para este personagem. Contrariamente a isso, afirma-se, aqui, a posse, pelos crentes romanos, da capacidade de construção do modelo mental necessário para que entendessem como coerente o discurso que o apóstolo lhes direcionou, especificamente, sobre quem ele falava ao utilizar um “eu”. De igual forma, foi utilizado pelo autor o *frame* necessário, ou seja, mesmo sem explicitar que não estava falando de si mesmo ao utilizar o “eu”, isto ficou claro devido aos dados enunciados incompatíveis com o que era amplamente conhecido da vida do apóstolo.

No mínimo, Paulo tinha plena certeza de que, se alguém aplicasse aquilo que disse sobre o “eu” de Romanos sete a ele (o apóstolo), seria um *Reductio ad absurdum*, que por fim negaria tal possibilidade. Na verdade, o *frame* indicava a condição de um judeu que tentava cumprir a Lei, não o de um cristão que vive pela graça. Ora, ao falar sobre a tentativa de cumprir a Lei, que grupo óbvio de pessoas vem à mente? Essa é a primeira coisa que se diz quanto ao “eu” e que domina toda sua experiência, até o desespero descrito ao final do capítulo.

DEBREAGEM E EMBREAGEM

O nosso texto é marcado por um narrador que usa a primeira pessoa do plural. Isso fica claro, já no seu início, na pergunta que utiliza como recurso de sua argumentação: “Que diremos pois?” Por meio deste recurso, o apóstolo procura se incluir na mesma condição de

seus leitores. A bem da verdade, explica Fiorin, a inclusão é apenas uma das possibilidades de efeitos causados pela utilização do “nós”. Segundo ele,

há três *nós*: um *nós* inclusivo, que é dêitico, em que ao *eu* se acrescenta um *tu* (singular ou plural); um *nós* exclusivo, em que ao *eu* se juntam *ele* ou *eles* (nesse caso, o texto deve estabelecer que sintagma nominal o *ele* presente no *nós* substitui) e um *nós* misto, em que ao *eu* se acrescentam *tu* (singular ou plural) e *ele(s)*. (FIORIN, 2010, pp. 60, 124 – nota)

É importante lembrarmos que se trata de primeira pessoa *do* plural, e não primeira pessoa plural. Em se falando estritamente, não há pluralidade de primeira pessoa, pelo motivo óbvio da completa impossibilidade de haver vários “eu’s”. O “eu” é único, visto que expressa a própria personalidade e individualidade. É necessariamente a junção de um “eu” com um ou mais *não eu’s*. O primeiro caso, isto é, o do *nós* inclusivo, é ilustrado pelo texto em questão, quando o narrador se inclui na narrativa, ou seja, na mesma situação vivida pelos seus narratários. O *nós* exclusivo ocorre quando o “eu” se apresenta distinto de um indivíduo (“ele”) ou de um grupo (“eles”), mas recorre ao “nós” quando se refere ao conjunto formado pelo “eu” + “ele” ou “eles”. Por fim, o *nós* misto é percebido quando o “eu” dialoga com um “tu” distinguindo um “ele” (ou “eles”) no texto. Neste caso, o nós denotará os “três lados” envolvidos.

As pessoas da conjugação podem ser expressas por três conjuntos de morfemas: os pronomes pessoais retos e oblíquos; os pronomes possessivos e as desinências número-pessoais dos verbos. Dessa forma: “Os pronomes pessoais exprimem as pessoas pura e simplesmente. Os retos exprimem a pessoa em função subjetiva e os oblíquos em função complemento”. (FIORIN, 2010, p. 61)

Em nosso texto, o apóstolo fará uso abundante de tais recursos para expressar a embreagem, conforme veremos. Fiorin, recorrendo àquilo que argumentou Benveniste, explica que a terceira pessoa desfruta de condição especial e toda peculiar quando comparada às demais da conjugação. Estatui como princípio irremovível que “as três pessoas não têm o mesmo estatuto”. Com isso, coloca em relevo o fato de que, nas mais diferentes línguas, é a terceira pessoa que assume o papel de dar um tom impessoal ao discurso, permitindo que este flua sem a necessidade de ligação direta a qualquer personagem relativo à sua produção (FIORIN, 2010, p. 59). Quando compreendemos este conceito, salta aos olhos a obviedade da embreagem feita pelo apóstolo Paulo. Necessitando conduzir sua audiência romana a assumir

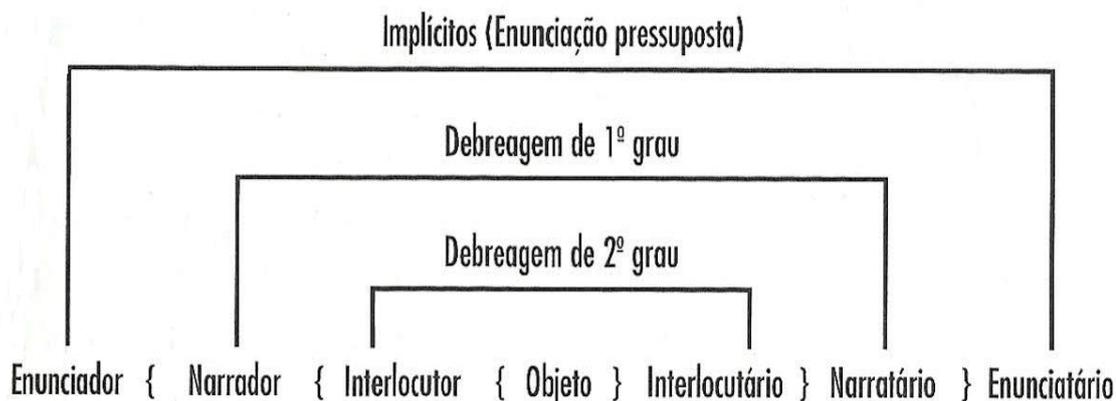
a experiência do personagem que descrevia, tendo, até então, utilizado o recurso inclusivo da produção textual na primeira pessoa do plural, passa a se referir a um “eu”, que na verdade não era o apóstolo, mas um “ele” anônimo e fictício, construído em um *frame* judaico.

O que nos propomos a tratar agora se enquadra naquilo que ficou conhecido como os níveis da enunciação. O primeiro tem como atores o enunciador e o enunciatário, algo inferido e implícito pela existência do próprio enunciado.

Enunciador é o destinador implícito da enunciação; enunciatário é o destinatário implícito da enunciação. Correspondem, portanto (...) autor e leitor implícitos ou abstratos (...). O enunciatário, como filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso. Por isso, (...) o termo “sujeito da enunciação”, empregado frequentemente como sinônimo de enunciador, recobre de fato as duas posições actanciais, a do enunciador e a do enunciatário. (FIORIN, 2010, p. 65)

Destinador e destinatário percebidos no enunciado denotam o segundo nível da hierarquia enunciativa. Desse modo, indicam-se precisamente os atores da enunciação enunciada, denominados “narrador” e “narratário”. Distinguem-se a enunciação enunciada da enunciação reportada. Aquela é dita ser a que explicitamente traz as marcas da enunciação, ou seja, o *eu/tu*, a marcação do tempo e do espaço. Quanto à segunda, diz-se daquela na qual não se percebe a instalação de um *eu* explícito: “há uma instância do enunciado que é responsável pelo conjunto de avaliações, e, portanto, um *eu*”. (FIORIN, 2010, p. 65)

Quando o enunciador assume o papel de narrador acontece o que é chamado de *debreagem* de primeiro grau. Ocorre o terceiro nível da hierarquia enunciativa quando o narrador passa a palavra a um interlocutor que, por sua vez, dialogará com o interlocutário. Neste momento, ocorre o que é chamado de *debreagem* de segundo grau. No caso de Romanos sete, ao invés de Paulo dar a voz a um ator engendrado como porta-voz, utiliza uma *embreagem*, recurso que será explicado à frente. Segue um esquema bastante apropriado, de autoria de Diana Luz Pessoa de Barros, conforme apresentado por José Luiz Fiorin (FIORIN, 2010, p. 69), que ilustra o que temos dito até o momento.



A estratégia textual paulina se inicia com um discurso indireto resultante de uma debreagem interna de segundo grau. Significa dizer que o narrador delega a voz a um actante do enunciado, um interlocutor, ainda que não em discurso direto. Dessa forma, temos Paulo como o enunciador, e a igreja de Roma como enunciatário; como narrador, temos a primeira pessoa do plural, o nós inclusivo, e como narratário a igreja que recebe a epístola, uma debreagem de primeiro grau. A embreagem dos atores do discurso é definida como “a neutralização de oposições no interior da categoria de pessoa”. (FIORIN, 2010, p. 84)

Pode também ser descrita como, nas palavras de Maingueneau (2011, p. 108), “o conjunto das operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação, e embreantes (também chamados de ‘elementos dêíticos’, ‘dêíticos’, ou, às vezes, ‘elementos indiciais’), os elementos que no enunciado marcam essa embreagem”. O autor explica que há os embreantes de pessoas: os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas, singular e plural; os determinantes (meu/teu, nosso/vosso, seu), bem como em suas formas femininas e plurais; os pronomes *o meu/o teu, o nosso/o vosso, o seu*, também em suas formas feminino e plural (MAINGUENEAU, 2011, pp. 108-9). Da mesma maneira, percebem-se embreagens de tempo e de espaço, de que trataremos à frente.

No caso do texto analisado, ocorre uma embreagem de primeira pessoa do plural para a terceira do singular, embora “encarnada” por um “eu”. José Luiz Fiorin, ao tratar deste tipo de embreagem, exemplifica com a seguinte sentença: “*Costumamos pensar a percepção como um dado puramente natural*” (FIORIN, 2010). Explica que a frase refere-se a uma terceira pessoa indeterminada e não um nós verdadeiro: “Quem costuma pensar a percepção como um dado puramente natural são as pessoas em geral, entre as quais não se inclui o enunciador, que rejeita a tese” (FIORIN, 2010, p. 91).

Curiosamente, é exatamente esse o sentido daquilo que vemos em Romanos sete. Referindo-se a um “eu” que, na verdade, é um “ele”, o apóstolo mostra o procedimento daqueles que tentam agradar a Deus por si mesmos, experiência distinta da do apóstolo e a de sua audiência cristã romana, o “nós” original resultante da debreagem de primeiro grau. A sua intenção é exatamente desaprovar aquilo que o “eu” faz no texto.

Além disso, Maingueneau argumenta que há os embreantes temporais e espaciais, que nada mais são do que dêiticos correspondentes (MAINGUENEAU, 2011, p. 109). Em nosso texto, ocorre também a embreagem temporal. A observação detida do discurso em questão notará que há uma mudança de tempo do passado para o presente que se dá no versículo 14: “Porque bem sabemos que a lei é espiritual; mas *eu sou* carnal, vendido sob o pecado.” Percebemos, portanto, que o apóstolo deliberadamente utilizou o pretérito na primeira parte do texto (vs. 7-13) e, na segunda, o presente (vs. 14-25). Todavia, ele não está, realmente, indicando uma mudança temporal dos fatos na narrativa do “eu”. O que ocorre é uma embreagem temporal. Ao trazer para o presente a experiência passada do “eu”, põe em relevo a condição vivida por este personagem edificado com “arquitetura” judaica. É como se concedesse óculos 3D para sua audiência romana, tornando ainda mais vívido o exemplo pretendido no desventurado “eu”. (ALMEIDA JR, 2012, p. 430)

Destarte, estabelece-se como princípio indubitável que: “Ao dizer *tu*, o *eu* constrói-se explicitamente” (FIORIN, 2010, p. 66). Esta norma nos ajuda a entender a construção do “eu” de Romanos sete. Ao elaborar sua embreagem, da debreagem “nós” para o “eu”, e então, para um “ele” judeu, o apóstolo concebe o seu personagem em distinção também ao “tu”. Com isso, conquanto desempenhe o papel de “ele”, este “eu” não perde sua característica única de pessoa. Sua unicidade não apenas é garantida, como se torna vital para conter em si o aspecto distintivo e peculiar do indivíduo que o enunciador pretende denotar.

Em outras palavras, a utilização do “eu” guarda sempre as marcas da enunciação. Assim, ao fazer a embreagem da primeira pessoa do plural para a terceira do singular, mas usando um “eu” para denotar o “ele”, insinua uma dupla embreagem, surgindo como resultado nova debreagem, agora de segundo grau. Sugere-se, assim, o uso de um interlocutor, isto é, uma debreagem de segundo grau na primeira pessoa do singular, que preserva suas características pertinentes e peculiares, a despeito da embreagem sofrida, como é o caso do texto em questão. O que temos é o seguinte:

Nós → eu → ele

Desse modo, vemos uma interessante estrutura textual, onde o mesmo enunciador Paulo assume o papel e a voz de dois narradores diferentes. Inicialmente, o “nós” inclusivo, depois o “eu” de roupagem judaica, embreado no “ele”. Percebemos que o “nós” não se transforma em um “ele” explícito, mas implícito na embreagem para a primeira pessoa do singular. É esta que “encarna” um personagem construído, o “ele”, como interlocutor. É como se houvesse uma enunciação enunciada dentro de uma enunciação, sendo esta enunciada ou não. Ainda que as duas se constituam em uma única enunciação, surgem sujeitos diferentes, ou seja, o “nós” na primeira e o “eu”/“ele” na segunda. Esta enunciação construída dentro da enunciação primeira é entendida de forma modular; ela pretenderá comunicar uma ideia pré-concebida pelo enunciador ao assumir seu papel de narrador. Esta segunda enunciação poderá ter a função de uma ilustração, exemplo ou argumento para a enunciação original.

No caso de Romanos sete, o narrador deste “enunciado embutido” ilustra a condição de alguém que tenta cumprir a Lei e se dedica a fazer as melhores coisas por si mesmo, mas desassistido da graça de Cristo. Esta enunciação interna tem como objetivo construir o “eu” judeu observando a distinção comum em relação ao “gentio”. Todavia, embora o judeu que tenta cumprir a Lei com sinceridade seja o modelo do “eu”, a incapacidade do ser humano para operar o bem genuíno e essencial também é própria do gentio. Assim, devemos compreender que o “eu” em *frame* judaico é apenas o método que preferiu o apóstolo, não implicando que o princípio teológico/doutrinário exemplificado seja exclusivo do judeu. Na verdade, aplica-se biblicamente a todo aquele que não exerce a fé genuína.

Romanos 7.7-25 é um discurso indireto, onde são notados dois níveis do *eu*, sendo o primeiro o do narrador propriamente dito, e o segundo, ao assumir o papel de um interlocutor no discurso, ao dar vida ao “eu”. O discurso direto é uma espécie de reflexo da enunciação elaborado pelo discurso do narrador. Curiosamente, embora não ocorra o discurso direto, porém, devido à debreagem causada pela dupla embreagem, conforme foi visto, notamos um efeito semelhante ao do discurso direto.

Como explicita Fiorin (2010, pp. 73-4), a ocorrência de duas instâncias enunciativas, dois sistemas enunciativos autônomos, faz com que cada uma preserve suas referências dêiticas, isto é, seu *eu* e seus *tu*. Podemos dizer que o uso deliberado do discurso direto tem por objetivo causar o senso de realidade, porque sugere que o narrador está reproduzindo o que diz o interlocutor. O estabelecimento do novo interlocutor “eu”/“ele” judeu anuncia nova

personalidade, ainda que oriunda do mesmo enunciador Paulo. No caso, o assumir a personalidade de um “outro” se aproxima do citar/transcrever o discurso de outro.

Assim, ao lançar mão da primeira pessoa do plural já no início do discurso, o apóstolo/narrador assume a palavra e, ao usar a embreagem para a terceira pessoa do singular, coloca em “exibição” um “ele” de quem se fala, mesmo utilizando o pronome de primeira pessoa do singular. Duas falas se estabelecem: “a primeira diz respeito à voz que narra, a segunda, a perspectiva a partir e da qual se relata”. (FIORIN, 2010, p. 104)

Dessa maneira, ao falar de um “eu” descrito em moldes judaicos, portanto um “ele”, o apóstolo o coloca na “berlinda”, em exposição, para falar de sua condição em relação à prática do bem. Possivelmente, temos o que Fiorin denomina de *debreagem enunciativa da enunciação*,

quando os actantes da enunciação estão projetados no enunciado, quer no caso em que aparece um narrador ‘intruso’ considerado de terceira pessoa, mas que diz “eu”, quer quando há um narrador dito de primeira pessoa (evidentemente, naquilo que diz respeito à enunciação enunciada e não ao enunciado enunciado). (FIORIN, 2010, p. 117)

O “eu” parece surgir como narrador intruso, embora manipulado pelo mesmo enunciador do “nós”. Aparece repentinamente no texto e assume o controle da narrativa. Conquanto sob o domínio do mesmo enunciador, torna-se recurso didático nas mãos do apóstolo, transmitindo o ensinamento pretendido para a Igreja de Roma. Através dessa “astúcia da enunciação”, Paulo coloca a igreja de Roma como expectadora do discurso do “eu”/“ele-judeu” de quem fala. Conduzindo sua audiência romana, juntamente com ele, para dentro do sujeito “eu”, passa a encenar a experiência do personagem, utilizando-se de um *frame* judaico. É como se liderasse uma demonstração diante dos expectadores romanos.

Destacam-se e distinguem-se aí duas instâncias diferentes: a do narrador (o “eu”, encarnado por Paulo, ao assumir o papel do judeu = “ele”) e a do observador (a igreja de Roma), conduzida para observar a experiência do “eu” na dupla embreagem “nós”/”eu” – “eu”/”ele”. Neste ponto, ao construir seu discurso, o narrador abandona o “nós” e assume a primeira pessoa do singular. A ele está relativo o contar a história, enquanto, ao observador, a outra parte do “nós” (a igreja de Roma), cabe a dimensão cognitiva. (FIORIN, 2010, pp. 104, 105)

Observa-se que todas as funções do narrador dizem respeito ao dizer, ao relatar. A função de falar é do narrador; a de ver ou, às vezes, a de

ouvir, ou, em termos menos metafóricos, a de encarregar-se da dimensão cognitiva da narrativa, isto é, da compreensão dos fatos pertence ao observador (...). Os dois actantes podem estar em sincretismo, mas são completamente distintos em sua função. Cabe lembrar, no entanto, que o narrador só pode relatar o que o observador sabe. (FIORIN, 2010, p. 107)

Cabia, portanto, aos crentes de Roma a compreensão daquilo que Paulo estava dizendo ao utilizar o “eu”/“ele”. Construindo um personagem com “roupagem judaica”, considera o conhecimento das verdades do Antigo Testamento por eles, fato comprovado pelo majoritário material veterotestamentário notado na epístola. Ao olhar para o “eu” elaborado pelo apóstolo, notadamente se perceberia qual o seu real conteúdo. O narrador sempre é aquele que sabe mais que o personagem. É a fonte de toda informação vista no ou nos interlocutores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de nossa discussão, mostramos, por meio da textualidade, especialmente pelos conceitos de coerência, modelos mentais e *frames*, que o “eu” a quem Paulo se refere no sétimo capítulo de sua carta à Igreja de Roma não é ele mesmo, mas um personagem criado com o objetivo de ilustrar àquela comunidade cristã o que é a vida sob a escravidão do pecado e da carne. A debreagem e a embreagem utilizadas pelo apóstolo explicam como o “eu” foi concebido, originando um interlocutor por meio de quem Paulo continua falando, embora assumindo a pele de um novo sujeito. Na metade do discurso, nova embreagem é utilizada, agora não de pessoa, mas de tempo, passando o discurso do pretérito para o tempo presente, funcionando como “óculos 3D” daquela época. Enfatizamos, assim, na parte final do discurso, a frustração do “eu” vestido de judeu e o seu desespero último. Certamente, Paulo, mesmo que um estudioso de seu tempo, jamais aprendeu os conceitos de coerência, embreagem e debreagem conforme a moderna Linguística. Isso destaca o quanto ela é fascinante: são normas que explicam as línguas, em todos os lugares e épocas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR., Jair. *As Várias Faces do Eu*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 6ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luz. *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira; GUIMARÃES, Alexandre Huady Torres. *Linguagem, Comunicação, Ação*. São Paulo: Avercamp Editora, 2012.

FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação*. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

GUIMARÃES, Elisa. *Texto, discurso e ensino*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Texto de Comunicação*. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

STOTT, John. *Homens com uma mensagem: uma introdução ao Novo Testamento e seus escritores*. Campinas: Editora Cristã Unida, 1996.

VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e Contexto*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

ABSTRACT

It aims to show the occurrence of textual coherence, shifting out and shifting in as key to understanding the text founded in Paul's Epistle to the Romans 7.7 to 25, in which the apostle takes the role of an imaginary "I" to teach his Roman audience as the condition of those who, without the assistance of the Holy Spirit, try to fulfill the Law.

Key words: Coherence. Shifting out. Shifting in. Epistle to the Romans.

Envio: Junho/2013

Aprovado para publicação: Julho/2013